



Serviços sociais públicos no PMCMV: Aspectos observados dos Residenciais Jardim do Lago e Novo Horizonte em Goianópolis (GO)

***Mauricio Moreira Martins¹ (IC) mauriciomoreira22@hotmail.com, Janes Socorro da Luz² (PQ)**

Universidade Estadual de Goiás, Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Av. Juscelino Kubitschek, 146 Anápolis Go CEP 75113-610.

Resumo:

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) é um projeto do Governo Federal lançado em 2009, que tem por objetivo a construção de unidades habitacionais, visando contribuir para a redução do déficit habitacional no país. Nesse sentido, o programa contempla, especialmente, a faixa mais carente da população com maior vulnerabilidade. Apesar das ações governamentais, ainda existe uma grande dificuldade para o atendimento e acesso de serviços básicos dentro da área de abrangência do programa. As demandas sociais exigem condições mínimas para sua harmoniosa funcionalidade, e entrando neste quesito, infraestrutura básica tais como escola, posto de saúde, mercados, policiamento e linhas de ônibus, esses serviços estão fora ou distantes da área do projeto. Tais ações de abandono e falta de planejamento político dificultam o acesso da população beneficiária de forma efetiva a serviços essenciais. Aspectos que foram observados em trabalho de campo para coleta de dados, alguns indicadores quanto a presença de policiamento, organização de moradores (associação) e iniciativas para o conhecimento das ações do poder público em benefício dos moradores dos Residenciais Jardim do Lago e Novo Horizonte na cidade de Goianópolis (GO).

Palavras-chave: Lazer. Segurança. Vulnerabilidade. Política Urbana. Segregação Social.

Introdução

O Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília envolve múltiplas dimensões e escalas sociais e econômicas para o Estado de Goiás. A rodovia BR 060, sobreposta à BR 153 no trecho entre Anápolis e Goiânia é a principal ligação entre esses municípios. Esse elemento de infraestrutura liga os municípios de diferentes dimensões, desde a cidade pequena, como no caso de Goianópolis, passando pela média até chegar à escala metropolitana. Nesse complexo espaço regional, existem diferentes problemas sociais e econômicos, chamando atenção a questão habitacional, especialmente, a de interesse social.

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) tem por objetivo, reduzir o déficit habitacional enfrentado pelas cidades, garantir o acesso a casa própria e retirar famílias em situação de vulnerabilidade. A área pesquisada do projeto

REALIZAÇÃO





compreende os novos espaços habitacionais denominados Residencial Jardim do Lago e Novo Horizonte situados em Goianápolis (GO). Apesar da ação do Estado, os beneficiários do programa são realocados para áreas cada vez mais distantes dos centros urbanos, mesmo em se tratando de cidades pequenas. Esta iniciativa provoca seria exclusão social, limitando e dificultando o acesso a serviços básicos de saúde, educação, segurança e principalmente a segregação das classes mais carentes.

Para Maricato (2014, p,75), “o PMCMV retoma a política habitacional com interesse apenas na quantidade de moradias, e não na sua fundamental condição urbana”. Diante disso, observamos que alguns serviços tais como instalação de telefone residencial e internet são inexistentes pelo simples fato de não existir o código de endereçamento postal (CEP) das ruas. Apesar do alcance positivo do projeto, as famílias contempladas perderam em qualidade de vida, pois agora são proprietários do imóvel, mas tem que se deslocar para outras regiões, seja para trabalhar, estudar ou atendimento médico. Fica evidente o processo de segregação e exclusão, apesar de ter tirado as famílias de áreas consideradas de risco ou em condições de ilegalidade, foram realocadas em regiões afastadas dos centros, com infraestrutura inferior ao dos centros urbanizados ou, como no caso estudado, sem disponibilizar no setor dos serviços e equipamentos.

Material e Métodos

A metodologia empregada envolve os seguintes procedimentos deste trabalho: revisão bibliográfica sobre sistema de cidades, cidade média, pequena e, habitação de interesse social; leitura e coleta de dados sobre a rede de infraestrutura de transportes, de serviços sociais tais como hospitais, escolas e creches que se articulam no município de Goianápolis (GO); produção de banco de dados e imagens; e, análise de discussão dos resultados com a finalidade de produção de textos.

Resultados e Discussão



Em visita de campo utilizamos questionário norteador para observação empírica, com base em orientação do Ministério da Cidade (s/d) onde foram constatados alguns indicadores do uso e ocupação pelo projeto aprovado para os residenciais Jardim do Novo e Novo Horizonte. Entre as variáveis pesquisadas foram destacadas: a conservação de espaços e equipamentos públicos; a oferta de serviços sociais públicos no ou perto da área do projeto; assim como presença de policiamento e outras formas de violência urbana. No conjunto habitacional, existe área de lazer, incluindo quadras poliesportivas e equipamentos de ginástica (sendo que estes estão danificados e sem a condição adequada para o uso).

A oferta de serviços sociais públicos é precária, dado que os moradores precisam atravessar o parque da cidade para chegar ao posto de saúde mais próximo. Outro ponto que chama atenção é o fato das ruas do residencial Jardim do Lago e Novo Horizonte não possuírem o código de endereçamento postal (CEP), o que impossibilita o acesso a alguns serviços, tais como, instalação de telefonia fixa e internet, entrega de boletos ou cartas.

Foram constatadas irregularidades quanto ao uso de alguns dos imóveis, caracterizando o desvio ou mudança de uso, foram feitas modificações na estrutura e transformados em pontos de comércio. De certa forma o residencial foi transformado em uma ilha, sem espaços reservados para o comércio, serviços, escolas e hospitais dentro do bairro.

Moradores relataram a sensação de insegurança, apesar de existir um posto da polícia alguns quarteirões do residencial, furtos e assalto a mão armada são comuns, a ronda policial não é frequente, facilitando assim a ação de práticas criminosas.

Considerações Finais

O PMCMV impactou diretamente na vida de seus beneficiários, retirando famílias da situação de vulnerabilidade. O homem não é carente apenas de uma casa composta por paredes e teto, mas de todo um aparato de aparelhamento do





Estado, para uma melhor qualidade de vida. O direito à moradia não é o de ter quatro paredes e um teto em cima da cabeça, mas sim uma porta de entrada para uma qualidade de vida decente, uma forma de acesso a outros direitos, como educação, saúde, meio ambiente saudável, trabalho, entre outros. Ou seja, não é o direito a possuir um bem, (ROLNIK, 2012).

O presente trabalho, não visa esgotar o assunto, mas pontuar algumas das limitações e deficiência do residencial já consolidado, contribuindo para que seja repensado ou sanado da melhor forma esses aspectos negativos para os próximos empreendimentos.

Agradecimentos

Agradeço aos meus amigos e parentes que me encorajaram a não abandonar os estudos. E agradecer em especial aos Doutores e Mestres da UEG pelas contribuições para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Referências

ARRAIS, T. A. **A região como arena política**: Um estudo sobre a produção da região urbana Centro-Goiano. Goiânia: Bertrand Brasil, 2005.

BRASIL, Lei no. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelecem as diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 11 de julho de 2001, Seção 1.

_____. Lei no. 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. **Diário Oficial da União**. Brasília, 17 de junho de 2002, p. 0001 a 0003.

_____, Constituição, 1988. **Constituição**; República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, 1988.



BRASIL, Ministério das Cidades. **Matriz de Indicadores para Avaliação do Pós-ocupação dos Projetos Piloto de Investimento e Intervenção em Favelas.** Brasília, s/d.

BRASIL,Ministério das Cidades. **Cadernos de Habitação.** Brasília: MinCidades, 2008.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial.** São Paulo: Contexto, 2011.

INSTITUTO MAURO BORGES, Estatísticas municipais. Disponível em <http://www.imb.go.gov.br/> Acesso em set./2014.

MARICATO, Ermínia. **O Impasse da Política Urbana no Brasil.** Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

MENDONÇA, G. H.; LUZ, J. S. Aspectos da reconfiguração do espaço urbano-regional: o Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília IN LUNAS, D. A. L.; XAVIER, G. L.; LUZ, J. S. (orgs.) **Cerrado:** Projetos políticos, atores sociais e dinâmicas do território. Anápolis (GO): Ed. UEG, 2015

ROLNIK, Raquel. Conflitos por moradia estão aumentando no Brasil. **Revista Diplomatique Brasil**, São Paulo/SP, 6 fev. 2012. Entrevista a Luis Basilino.

SILVEIRA, S. V.; PEREIRA, M. R. A. “MINHA CASA, MINHA VIDA...MEU LAZER”: reflexão sobre o lazer em um empreendimento habitacional popular urbano.

SPOSITO, M. E. B. **Cidades Médias: espaços em transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007